



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 37

Sessão Ordinária Novembro

2.º Reunião em 12/11/2019

Aos doze do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede da Assembleia Municipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Rita Alexandra Monteiro Batista, Ana Margarida Santos Valente, e Rui Carlos Neves Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os deputados, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Fernando Manuel Martins Nogueira e Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores João Filipe Andrade Machado, e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Ana Margarida Santos Valente.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião da sessão, por Nuno Frederico Miranda Leite.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia deu continuação à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 24SET19 a 31OUT19;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU);**
- Ponto 4 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020;**
- Ponto 5 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2020;**
- Ponto 6 – Derrama 2020;**
- Ponto 7 – Participação variável no IRS – Ano 2020;**
- Ponto 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020;**
- Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação - Por Aveiro livre de violência de género: construir uma agenda municipal para a igualdade.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa:

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 24SET19 a 31OUT19.
(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁷ para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Boa noite a todos, Duas ou três notas sumárias e simples a esta introdução, embora, como sabemos o nosso período antes da ordem do dia já, enfim, pela sua excecionalidade, do facto de estarmos em Oliveirinha, já tratámos muitas das matérias da actividade municipal. Portanto serei mais contido do que o normal, embora também quero realçar dois aspectos. Começando pelo principal, que é o balanço do mandato. Estamos a meio do mandato e obviamente é sempre uma fase que enfim, fazemos pontos de situação, fazemos balanços, obviamente olhando para o que está feito, mas com base nisso olhar para a frente e vermos o que é que temos em desenvolvimento, para que aconteça fisicamente nos dois anos que ainda temos pela frente neste mandato.

E, portanto, a nota de balanço que quisemos fazer relembra sempre e referência sempre, aquilo que são episódios fundamentais para a vida da Câmara, para o crescimento que estamos a fazer nomeadamente ao nível do investimento, que é a consolidação de todo o processo de reorganização e de reestruturação organizacional e financeira do município. Obviamente sempre com um espaço muito especial para a componente financeira.

É sempre bom lembrar isso e que nesta primeira metade do mandato se terminou a assistência financeira. Portanto o ano (o último) do recebimento da assistência financeira do FAM foi o ano de 2018. E este é o ano primeiro da vida sem assistência financeira. E nele, também termos iniciado o processo de devolução do capital, obviamente com os devidos juros, ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), que nos fez a assistência financeira. O 1º ano dessa fase está a ser exatamente 2019. E, portanto, este ano tem essa marca, tem essa importância. Obviamente sabendo que estamos a transitar para uma fase onde o objectivo fundamental é cumprindo os pressupostos do nosso PAM é o atingir de 1,5 do tal rácio, da relação da nossa dívida com a nossa receita total.

E, portanto, é por aí que se fará o caminho desta segunda metade do mandato, cumprindo o alcance desse objetivo que é o próximo objetivo importante no quadro da execução do nosso quadro de ajustamento municipal.

Quisemos que neste balanço, quisemos dar um espaço muito especial ao investimento, com cuidado especial para as obras, sabendo que estamos obviamente numa fase que mistura a 1ª metade e a 2ª metade do mandato com uma quantidade e uma diversidade muito grande de projetos e de procedimentos concursais e de obras algumas já terminadas, e obviamente de muitas delas ainda em execução ou nalgumas das fases prévias de concurso.

Portanto é uma operação de grande envergadura por isso, falaremos lá mais para a frente nesse processo que vai ser corporizado no Plano e Orçamento de 2020, que são as tais 57 obras que valem 57 milhões euros de investimento, referenciando apenas aquelas que têm cada uma de per si uma massa crítica relevante em termos de dimensão.

E, portanto, há de facto esta esta circunstância com operações que estão nos quatro cantos do município, com operações que tem uma diversidade total, obviamente com uma primazia muito forte para aquelas operações de requalificação urbana, incluindo na requalificação urbana a requalificação da nossa rede viária. Mas também com um espaço muito importante para as áreas da Educação, da Saúde, que são sempre para nós áreas prioritárias onde temos nomeadamente, compromissos formais com o Governo do país e com os Fundos Comunitários que é o nosso principal financiador.

E outras áreas que também têm uma expressão de obra, em termos quantitativos, e em termos da sua dimensão financeira, muito relevante — com um destaque sempre muito especial para a área da habitação social.

Portanto é de facto um balanço muito positivo por esta dimensão muito expressiva das obras. Mas positivo também por aquele outra tipologia de obra que é a obra imaterial de que são os eventos culturais. Na área da Cultura, na área da Cidadania. São as operações que, enfim, são os chamados eventos especiais que vão marcando de forma muito permanente no calendário de Janeiro a Dezembro, a vida do nosso município e obviamente aquilo que se dá de nota de balanceamento para as operações que tem aí algum estágio de desenvolvimento, mas ainda em projeto ou já em concurso, que obviamente vão marcar muito aquilo que vão ser os episódios que vamos ver, que vamos constatar na segunda metade do mandato que estamos agora a iniciar.

A segunda nota tem a ver com esta operação nova que lançámos na segunda semana do mês de Outubro, que agora se abriga na Aveiro Tech City e que se somou a 5ª edição dos Techdays, a 3.ª edição do CriaTech e a 1.ª edição do PRISMA. No fundo são operações quer o CriaTech quer o PRISMA com mensagens de natureza ambiental nomeadamente no que respeita ao PRISMA.

Nesta lógica da luz, dos elementos ambientalmente mais equilibrados, na questão dos Led, de eficiência energética, etc.

Portanto é um episódio novo. É uma aposta importante que quisemos formatar neste quadro e que assim prosseguirá para a sua 2ª edição neste formato, que decorrerá em Outubro do próximo ano.

E agora o trabalho que vamos desenvolver de promoção de certa componente da nossa vida da vida, obviamente da Câmara, mas muito principalmente da vida do município, porque muita desta matéria é marcada pelo trabalho de equipa com outras instituições, desde logo a nossa Universidade de Aveiro, ou o Instituto de Telecomunicações para falar das entidades públicas ou entidades privadas muito importantes como a Altice ou a Associação Empresarial e a InovaRia. Portanto é neste quadro que a nova assinatura, a nova imagem Aveiro Tech City se vai desenvolver.

Obviamente com episódios muito misturados, com aplicações que vamos concretizando, com projetos tão importantes que já estão a chegar fisicamente às nossas escolas, como é o projecto Aveiro Steam City ou numa outra dimensão, embora contributivo para esta capacitação dos nossos recursos humanos, quanto é que o projeto Educ@RA da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ou mesmo a nossa nova aposta que apresentámos no mês passado da nossa escola Ciência Viva. Uma experiência nova, este agora dedicado aos alunos do 4º ano. Uma acção protocolada de parceria entre a nossa Câmara e a Universidade de Aveiro, com um espaço de ação da sua componente Fábrica Ciência Viva.

É esse quadro que estamos a trabalhar. Um dos aspetos diferenciadores da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027 é exatamente este "ecossistema" inovador, da mistura da tradição da Cultura com a inovação aplicada na Cultura baseado neste sistema tecnológico que nós temos na Cidade, no nosso Município e na nossa Região e que nos vai levando a trabalhar nesse factor diferenciador e que foi muita da razão que levou a termos sido convidados pela Creative Europe na conferência que se realizou em Berlim. Fomos a única Cidade Europeia convidada na ambiência da comemoração dos 30 anos da "queda do muro de Berlim".

São para nós portanto episódios muito importantes nesse caminho de lobby. De afirmação da nossa da nossa candidatura. Mas não no episódio de candidatura de per si como um ato isolado, mas de uma candidatura que é uma componente de um processo de desenvolvimento cultural, de diferenciação do nosso caminho definido no plano estratégico para a cultura com a componente tecnológica muito misturada nele. E estes episódios, nomeadamente este, sob a assinatura da Aveiro Tech City tem espaço contributivo muito forte nesse episódio. Portanto eram estas as notas que eu queria deixar de destaque, estando obviamente ao dispor para o debate que vamos ter sobre esta matéria. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

"Boa noite a todos. Dizer que o PAN foi o único Partido que cumpriu o Regimento portanto não me levem a mal que volte àquilo que foi dito no período de antes da ordem do dia.

Relativamente às questões ambientais que foram aqui lançadas, o PAN é genuinamente um partido se importa com esta matéria.

Não é um partido que utiliza as questões ambientais como artefacto bélico contra outros partidos. Se todos convergirem para o mesmo nós agradecemos e somos todos muito bem-vindos.

Nós sentimos que as questões ambientais não podem excessivamente elogiosas para com o Executivo. Não por que tenha feito algumas coisas que possam convergir com a nossa preocupação, mas pela razão que não insere em si um plano mais abrangente daquilo que era desejável.

O Ferry de motorização elétrica sim. A nós não nos suscitou grandes dúvidas em relação ao projeto, votámos a favor. Agora daí a atirar foguetes relativamente a essa matéria, parece-

nos precipitado porque há todo um conjunto de medidas que nos parece manifestamente contraditórias. Vejamos a questão do Rossio, colocar carros, mais carros, dentro da cidade (não é só a questão das emissões) reparem, o congestionamento de uma via de trânsito tem implicações também do ponto de vista da presença dos automóveis. É incomodativa. Basta ir ali ao domingo nas ruas que dão acesso ao Rossio, para ver o que é andarmos na rua com aquele trânsito.

E, portanto nós achamos que não podemos fazer um elogio fácil Executivo. Mas também não devemos negar que essas coisas são efetivamente positivas. Adquirir 3 autocarros elétricos sim, tudo bem, tem a nossa anuência.

Mas depois, nós temos esta questão, obviamente que nos preocupa a todos, desse abate consecutivo de árvores que ninguém compreende. Há muitas árvores que estão a ser abatidas, não porque por questões sanitárias, não por questões de localização desadequada, não por questões de segurança. Aliás, houve ali uns abates na Rua de São João de Deus, que os moradores até hoje não perceberam — e houve até alguma celeuma em relação a essa matéria.

Eu vou à Rua o Almirante Cândido dos Reis, por exemplo, não sei se o Senhor Presidente conhece, é uma rua que não tem árvores, mas faz imensos slayds e não está lá nenhuma árvore. O que é que está lá? Está parquímetros nos passeios, caixas de electricidade e postes. Faz-se aqui muito o exercício demagógico em relação às árvores dos passeios, que se tem de contornar a árvore com o carrinho de bebé e coisas desse género, mas lá também não passam os carrinhos de bebé e não tem árvores.

Portanto gostava que fizessem um teste as pessoas que mencionam a árvore como um obstáculo para a via pública. Eu particularmente prefiro contornar uma árvore que um parquímetro ou uma caixa de electricidade.

Depois falou-se em especialistas que foi uma coisa que fiquei um bocadinho estupefacto! A partir de agora temos de ser especialistas para poder discutir estas matérias? Temos ser especialistas quando evocamos relva artificial para os nossos jardins. Mas especialista em quê? Não isto é democracia. Nós fomos eleitos para constar os problemas e não precisamos de ser especialista em nada. Basta constatar. Basta constatar que os cortes estão a ser mal feitos e basta constatar que alguns até estão a ser feitos sem segurança no perímetro.

Gostaria ainda de perguntar ao Senhor Presidente se vai haver orçamento participativo? O Senhor Presidente disse que era na rentrée, fiquei confuso, se é no pós verão ou se é no início do próximo ano.

Gostaria também de lhe falar também na questão das matilhas que continuam. Lá está o que nos divide é de facto esta questão das prioridades. Porque, de facto, temos um Parque Canino. Nós somos contra, não. Nunca fomos. Tínhamos isto consignado no nosso plano eleitoral em 2011. Só que o Parque Canino não era prioritário. Eram as esterilizações que eram prioritárias. Tirar estas matilhas da rua e dar-lhes orientação e controlar os nascimentos era prioritário. Portanto há aqui muito de estético, que existe, está a obra feita, mas de facto o que nos diverge deste Executivo são as prioridades. Coisas se nós sentimos que não estão a ser feitas. O Manuel Prior referiu aquele trajeto fantástico das estradas que estavam a ser asfaltadas, mas eu, como aquela freguesia é a minha, eu fiz o percurso ao contrário. Olhe, fui a ruas como a Rua do Ramal onde eu cresci e aquilo continua um desprezo completo. Não está assim há quatro anos ou há oito. Está assim há muito tempo.

Portanto bem sei que há sempre várias leituras e a nossa missão aqui não é elogiar excessivamente o Executivo. O nosso trabalho é apontar uma visão crítica no sentido de darmos contributos sérios para que o Executivo possa seguir outro rumo. Obrigado."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

"Senhor Presidente, cumprem-se 2 anos de mandato e, de facto, exige-se um balanço. É importante fazermos aqui o retrato do concelho e as matérias onde é importante focar quer os problemas, quer o que tem sido as prioridades deste Executivo. É que nem sempre as prioridades se têm focado nos problemas mais urgentes do concelho.

E, portanto, dizer que estes 2 anos de mandato, são um bocadinho em continuidade do mandato anterior que se caracterizam ainda por serviços públicos deficitários.

Temos a questão dos Transportes. Temos a questão da Habitação. Temos a questão ligada aos transportes que é o excesso de carros na cidade. Isto interliga-se porque um serviço de transportes que não funciona, obriga a mais carros a entrar na Cidade. Neste momento Aveiro está sem alternativa. Uma pessoa que entre de carro na cidade não sabe onde há-de estacionar o carro. E não vai ser por criar mais parques de estacionamento que o problema se vai resolver. Porque esses parques vão encher-se à mesma e continuará a haver um problema com a falta de estacionamento.

O que resolve este problema, de facto, é uma aposta no serviço público de transportes que o Senhor Presidente se recusou, se declarou incompetente para o fazer.

Depois temos a questão da habitação que com o subir do preço quer das rendas quer para aquisição, atira as pessoas cada vez mais para a periferia. E nem sempre como disse o senhor deputado PS na última sessão, não tem a ver com a compra. Um jovem hoje em dia não tem capacidade económica para comprar uma casa, quer seja no centro, quer seja na periferia. Mas são empurrados cada vez mais longe do Centro que é onde os preços são mais inoportáveis. E, portanto, uma habitação longe, sem uma alternativa séria de transportes públicos, implica mais carros a entrar na Cidade.

E, portanto, isto é uma política errada. Faz também agora um ano e 8 meses que se decidiu que iria haver abrigos nas paragens de autocarros. Anunciou esta semana que vai começar a requalificação. Mas a verdade é que desde a conceção é o 3º inverno que as pessoas passam sem os abrigos, passam à chuva e ao frio sem uma alternativa digna para quem usa e paga os transportes públicos.

E a pergunta vai também nesse sentido. Se vai garantir que todas as paragens de autocarro terão abrigo? Porque lembro que com a concessão foram inativadas paragens onde havia abrigo e substituídas por paragens onde não há abrigos. E, portanto, é importante que garanta aqui que haja não só requalificação, que de facto os abrigos que existem atualmente são indignos, estão muito degradados, não cumprem a função para as quais foram criados e se vai haver essa atribuição de abrigos a todas as paragens.

Depois temos, dentro do balanço destes 2 anos o investimento que o Executivo escolhe fazer. E tem um cunho muito característico que é um investimento de apoio ao negócio privado.

Vejamos por exemplo. Só no plano da construção do parque de estacionamento do Rossio, vamos já numa requalificação da Ponte São João para poder suportar mais trânsito automóvel. Vamos para uma segunda Ponte nas Eclusas para poder dar apoio ao parque de estacionamento. Vamos para uma requalificação urbana da Rotunda das Pirâmides para acesso às Eclusas. E portanto só nesta matéria, só neste "bolo" assim por alto, estamos a falar perto de 10 milhões de euros.

E preciso pôr estes valores em perspetiva. Porque o dinheiro que se gasta em obras para fomentar a construção do parque de estacionamento, o dinheiro que se gasta em obras para requalificar via rodoviária que, obviamente tendo mais carros a utilizar se degrada mais e necessita maior manutenção muito mais presente. E este gasto poderia estar a ser investido em serviço de transportes.

E temos também o investimento público que é dado para benefício de negócio privado.

Foi a questão da Navigator na estrada de Cacia. Foi a questão da Mercadona participado pela autarquia. Temos o parque de estacionamento da CP que vai ser construído para benefício do concessionário do Terminal de Transportes, que pagou menos do que o valor do parque de estacionamento agora vai custar e vai usufruir.

E, portanto, é este o cunho característico de investimento a nosso ver errado. Não há benefício nenhum para o município e para os aveirenses.

Depois temos aquela questão que o Senhor Presidente também, a par com o Parque de Estacionamento quer, que é a necessidade que Aveiro tem de unidades hoteleiras, de hotéis de 5 estrelas.

Já sabemos que o Parque de Estacionamento servirá para ser um dos investimentos que, quem fizer essa unidade hoteleira, não terá de o fazer. Pode agradecer ao Senhor Presidente.

E depois temos a unidade do Hotel Visconde. Que não sendo a questão do Parque de Estacionamento em questão, apercebemo-nos que houve um 1º projeto em que era, tinha determinado, um volume de 2 pisos mais sótão, de acordo com as regras do PUCA e que agora em Outubro, sai na comunicação social um edifício completamente diferente com o dobro do tamanho, com o dobro do volume e que não se percebe como é que há esta alteração. O Senhor Presidente está ciente que houve esta transformação do projeto? Gostávamos de ter uma palavra sobre isso. E para já disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Efetivamente a meio do mandato, cumpre fazer um pequeno balanço do que tem sido feito até agora. E da parte do CDS, estamos satisfeitos com o rumo que a cidade e o concelho têm seguido. Obviamente, ambicionamos sempre mais e melhor, mas há diversas circunstâncias, nomeadamente, felizmente não na parte financeira, mas no que à situação do mercado da construção diz respeito, que impede que que haja mais oferta por parte dos empreiteiros. Actualmente não há, temos de esperar que haja mais disponibilidade. Temos também toda a carga burocrática do Estado que atrasa as coisas até limites insustentáveis, trabalham em Lisboa e trabalham devagarinho, não sei se é por irem de transportes públicos para o centro, mas o que é certo é que as coisas demoram mais tempo do que deviam nomeadamente ao nível de Vistos, etc.

Temos expectativas que na segunda parte do mandato as coisas corram naturalmente melhor. Que a obra continua a ser feita e que Aveiro daqui por 2 anos seja ainda melhor do que temos hoje.

Relativamente a Atividade deste pouco mais de um mês a que se refere o documento em análise, realçamos a questão do Techdays/Criatech/PRISMA. Efectivamente é um evento que começa a consolidar-se.

A parte Techdays tem o seu público específico, mas é bom ver que cada vez mais as escolas são um ator importante. Os alunos diversos cursos tecnológicos vão visitar, vão ver perspectivas de futuro, de profissões, e isso julgo que é muito importante e será uma boa base de sustentação deste evento.

Na parte Criatech e do PRISMA foi andar na rua e ver efetivamente a aceitação que o evento teve. Havia imensa gente na rua, nos diversos pólos, em que havia evento, sobretudo no fim de semana do PRISMA. Mas também no que aconteceu duas semanas antes nas Jornadas do Património, onde estava imensa gente nas noites fim-de-semana nos vários eventos que foram acontecendo. O que prova que a programação é bem escolhida, que os locais são bem escolhidos e que as pessoas aderem.

Continuam a ouvir-se, no entanto, de algumas pessoas, queixas relativamente à informação da realização dos eventos.

Hoje funciona-se muito através de internet, redes sociais, mas julgo que a Câmara poderia repensar uma forma de chegar ao contacto das populações que ainda não têm ou não querem ter, porque também é um direito que assiste o acesso às redes sociais, e a outras formas de comunicação que não o velho folheto que era posto na caixa de correio. Que custa dinheiro, não será o mais ecológico, mas efetivamente se os CTT trabalharem como devem, o que também infelizmente, nem sempre acontece a informação chegará certamente mais pessoas no concelho.

Realçamos também porque estamos a uma semana da inauguração da nova a Agrovouga. E para aqueles que durante uns anos andaram por aí a dizer mal, que o evento tinha acabado, etc, etc, portanto espero vê-los na inauguração, para verem que efetivamente a Agrovouga teve de fazer uma pausa, teve de ser repensada. A Agrovouga no modelo antigo, efetivamente era uma coisa complexa. Não tinha mercado, com custos insuportáveis e certamente que esta nova versão da Agrovouga mais adaptada aos tempos de hoje, à realidade das empresas, porque é evidente que estas Feiras não se fazem sem empresas, não se fazem iniciativa privada, porque o Estado não vai expor quase nada nestas Feiras. Virão algumas Direcções Gerais, alguns serviços públicos, mas se não for a iniciativa privada dar vida às feiras comerciais industriais, não existem feiras, ponto. Relativamente também, duas ou três notas que gostávamos da resposta do Senhor Presidente. Relativamente à recuperação dos decks e trapiches, não vi mencionado a questão do Cais do Alboi! Em lado nenhum. O Cais do Alboi se calhar, é o deck que está, julgo que agora tem uma área interdita, mas aquilo está tudo podre e está sistematicamente a partir. E parece-me que se não for agora nesta intervenção de requalificação a curto prazo necessitará de uma solução definitiva. Não faço ideia se aquilo foram madeiras mal escolhidas mas, efetivamente, para além do problema dos veículos numa primeira fase andarem lá por cima (depois isso foi corrigido) mas é uma zona onde passa muita gente e, portanto, pode tornar-se perigoso se não tiver condições. Uma segunda questão. Vi ali na zona vizinha do Glicínias já umas placas de trânsito com a simbologia EMI09.

Não sei se já está definido que é estrada municipal ou se ainda é nacional. É que isso depois faz confusão no GPS. As coisas, na minha opinião, têm de funcionar todas à mesma velocidade. E é um facto que hoje até as pessoas que nos visitam de bicicleta trazem GPS ligado. E, portanto, convém que esta informação, sobretudo nas entradas da Cidade, seja coerente com a informação está disponível para quem nos visita. Disse."

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[010](#)

"Olá boa noite. Eu queria falar também do PRISMA. O Greno já falou de algumas coisas que eu também constatei porque passei por lá. E dizer que gostei muito do que vi. E tive muita pena de não ver tudo porque (é uma sugestão para eventos futuros) falta um mapa.

Eu fiz o percurso onde havia luz. E foi fazendo o percurso onde se via.

Foi ao edifício Fernando Távora, depois foi ali frente aos Paços do Concelho, depois vi uma instalação muito boa em frente no edifício do Governo Civil, que estava mesmo excelente. Também visitei a Igreja das Carmelitas, foi à do Parque da Cidade, mas não foi a baixa de Santo António, porque não tinha conhecimento que havia também lá.

E tive pena mesmo de não poder ter ido de não poder ver, porque gostei mesmo de tudo aquilo que eu vi. Achei interessantíssimo e realmente estava muita gente na rua e tal como o Greno acho que devia, pronto, haver uma outra, tentarem pensarem uma forma de divulgar ou fazerem um percurso, porque realmente foi uma pena não ter conseguido ver tudo. Porque aquilo que eu vi gostei imenso.

Depois queria também questionar relativamente ao ponto 41 "Cultura, Perto de Si" que vi que fizeram um espetáculo de "robertos" em Esgueira, Aradas, Cacia, Santa Joana, e eu também não tive conhecimento. E eu gostaria de saber como é que nós sabemos e como é que é feita esta divulgação, desta parte que acho interessantíssimo e que tem a ver também (penso eu) com o desenvolvimento do Plano de Aveiro Capital da Cultura.

E pronto, gostaria de saber se há algum tipo de no site da Câmara (por acaso não vi se estaria) onde é que podemos encontrar.

Depois também no ponto 33, o Parque Aventura em Esgueira. Eu gostaria muito de saber ou melhor, estou curiosa para saber que tipo de Parque é que vai surgir. Porque acho que é importante haver assim um parque deste género aqui em Aveiro."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰¹¹

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹²

"Boa noite senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Colegas e Público presente. Não querendo nem devendo ser repetitiva, eu gostaria que questionar aqui a Câmara na pessoa do senhor Presidente sobre o seguinte. Já referi aqui várias vezes que a minha cidade e é a minha cidade se encontra mal iluminada, nas Pontes, no túnel da Sé, que continua muito escuro e as pessoas queixam-se da dificuldade de quando entram no túnel não ter luz suficiente.

Também não vi aqui no resumo da Actividade da Câmara, que tenham andado a fazer muitas obras nos passeios — que é uma coisa que é urgente. Quem anda a pé e creio que o Senhor Presidente andaré por aí para ver o que se passa no município que governa, evidentemente que se terá tido conhecimento da existência de inúmeros buracos nos passeios da Cidade, que põe em causa a saúde não só das pessoas mais novas, mas, sobretudo das mais velhas.

Querida também chamar a atenção por causa da Agrovouga. A Agrovouga que o meu querido colega e amigo Jorge Greno falou, eu devo lembrar que houve uma altura que se pensou que as feiras iriam acabar. E não acabaram. A Feira de Março não acabou, mas Agrovouga lembro-me de ter sido dito aqui na Assembleia, que como tudo na vida, as feiras nascem, crescem e morrem. Portanto, se agora reavivar ou se vai aparecer de novo Agrovouga, nós só temos que saudar isso. Dizer que realmente a Agrovouga na altura em que apareceu e depois durante vários anos, mobilizava inúmeras pessoas dos vários concelhos não só de Aveiro, mas também de outros distritos. E tornou-se realmente um centro de encontro e de propaganda da própria Cidade.

Portanto, vejo com bons olhos a existência e o reaparecimento da Agrovouga. E esperemos que realmente isto dure durante muito tempo.

Quanto àquilo que consta também da Atividade, eu não quero ser repetitiva, mas tenho que falar das árvores. Finalmente, segundo o que aparece aqui, em vez das 69 árvores existentes na Avenida vamos ter 147. Mas já li e já vi em vários sítios que há aqui um grande litígio, uma grande confusão ou discussão sobre o tipo de árvores que se vão plantar na Avenida. E ao contrário daquilo que é dito, não estamos aqui a sacralizar árvores, mas temos todo o direito perceber por que é que se põe estas árvores, assim como temos todo o direito de perguntar porque é que elas são cortadas.

Portanto é um direito que nos cabe a nós como fiscalizadores da Atividade do Município. E tentar perceber e explicar às pessoas que os procuram a razão de ser deste problema das árvores.

Chamaria também a atenção para aquele problema junto à antiga lota. Onde muitas vezes durante o Verão e agora até durante o Inverno se estacionam as camionetas de excursão, que trazem os turistas e que depois ficam ali. Eu não sei se por acaso o Executivo já se deu

conta de que aquele local está absolutamente impróprio, pelas condições de lixo que lá existem. E é pena. Porque as pessoas partem muitas vezes dali para irem conhecer a nossa cidade e creio que está na altura de realmente também o executivo se preocupar com a limpeza daquele sítio. Pese embora não ser dono dos terrenos há para lá planos de várias coisas. Portanto acho que aquilo está impróprio e que, às vezes, até há problemas de saúde pública ali naquele sítio. Eu de vez em quando passo por ali, portanto Senhor Presidente não olhe tão sério para mim porque eu sei o que estou a dizer. Estou a dizer-lhe que realmente aquilo é muito sujo e é muito lixo. E é pena.

Depois gostava também de saber qual é o destino daquela coisa que lá está no canal-Supostamente seria para um restaurante, mas aquilo vai ficar, vai sair, há perspectivas para aquilo abrir. Gostaria que explicasse isso.

Depois quanto ao Contencioso da Câmara vejo que existem aqui vários processos, mas a informação continua a ser incompleta porque continuamos sem saber o que aconteceu aos processos anteriores.

Mas vejo aqui também com alguma satisfação, porque não, contencioso por falsificações de cartões de residentes. Eu acho que a Câmara tem aqui um problema muito grande. Se for fiscalizar tudo vai ter aqui muitos processos de falsificações de cartões de residentes. Eu estou aqui a avisar agora o Executivo terá que tomar as suas providências para resolver este problema. Há muita gente que na Beira-Mar quer estacionar as suas viaturas e já foi aqui dito muitas vezes que essas viaturas não podem estacionar porque estão lá viaturas de outras pessoas. Se houver uma fiscalização como deve ser com certeza que se resolve o problema dos veículos dos residentes na Beira-Mar.

Por outro lado gostaria de lhe sugerir que a requalificação da Beira-Mar deve ser acompanhada com as pessoas lá residentes e com o que elas pretendem e querem para o seu bairro histórico. E creio que uma das funções do Senhor Presidente é ouvir as pessoas a quem se destinam as requalificações e as alterações. Tenho dito."

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹³

"Muito boa noite a todos. Senhor Presidente, Executivo, Colegas da Assembleia. Cumprem-se dois anos deste segundo mandato e, de facto, continuamos em obra. E obra que ouvi há pouco, começou extremamente mal pela desnecessidade evidente! Ouvi dizer. De facto é incrível como é que se consegue dizer isto e depois não se explica o que está mal. Porque digam o que é que de facto não era preciso, questiono eu. Não era preciso intervenção na rede viária, por exemplo, se calhar não. Mas eu de facto nestes dois anos, percebemos que a Câmara saiu de um ponto grave, com dificuldades económicas que foram bem relatadas e sempre evidenciadas pelo Senhor Presidente, mas que hoje estamos em condições de ter uma cidade "incomodada". Uma cidade incomodada porque está em obras, uma cidade incomodada porque estamos a fazer a requalificação de área urbana, porque estamos preocupados com uma zona industrial que está completamente desordenada e desorganizada, com estradas que estão a ser requalificadas, onde está a ser colocado asfalto, onde está a ser feita requalificação profunda, nomeadamente a nível de águas pluviais, rotundas que há anos eram esperadas que sejam feitas e que não eram. Requalificação dos túneis, por exemplo do túnel de Esgueira, que está a iniciar o projeto da requalificação há muito esperado e ambicionado pelos Esgueirenses que fazem aquele trajecto muitos deles a pé.

Depois também ouvi falar aqui que do corte das árvores da urbanização São João de Deus. Eu possa enviar algum mails, e não digo alguns digo muitos, que tenho recebido desde o mandato anterior até agora a pedir o corte das mesmas árvores.

Quando falamos que tem de haver acompanhamento falámos de 3 ou 4 pessoas que vêm para as redes sociais falarem do abate das árvores. Mas ninguém se preocupa com o dobro ou o triplo das pessoas que se sentem incomodados com essas árvores. Mas pronto.

É muito bom a dialética política e este é o espaço para isso e é bom que a gente o aproveite para isso mesmo. Mas às vezes, temos que ter alguma racionalidade e, se calhar se passarem pela aquela zona percebem que quem mora ali (como à pouco eu ouvia dizer) as pessoas de mais idade, têm de facto imensa dificuldade em passar naqueles passeios que precisam efetivamente de uma intervenção profunda. E não é 1, não são 2, não são 3, são imensos mails que chegam à Junta de Freguesia de Esgueira, e nomeadamente falando especificamente, porque ouvi aqui, da urbanização São João de Deus.

Falar também da rotunda do Solar das Estátuas. É uma rotunda que eu acho que é uma mais-valia naquele cruzamento termos ali uma rotunda para o fluir do trânsito na estrada municipal 109 que será a futura Avenida Europa.

Depois também dizer que não houve nenhum espetáculo de "robertos" em Esgueira. Ouve sim um concerto, não espetáculo de robertos. Apesar de que eles nasceram em Esgueira, nós nas Festas Quinhentistas costumamos tê-los, mas não tivemos nenhum espetáculo de robertos lá.

O Parque Aventura. Terei todo o gosto de vos mostrar as plantas que estão na junta de Freguesia de Esgueira e o projeto, para que possam vê-lo de perto. Até porque houve uma apresentação lá e tenho muita pena que algumas das pessoas que têm tantas dúvidas, não tenham ido à apresentação e não tenham questionado na altura acerca desse projeto. É só. Muito obrigada."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹⁴

"Muito boa noite a todos. Estamos efetivamente em época de balanço. E o balanço quanto à freguesia de Aradas e quanto a Cidade não podia ser mais positivo.

Quanto à freguesia de Aradas diagnosticamos logo três grandes problemas. A Saúde, a Educação e a Rede Viária. Três problemas em que já estamos a arranjar solução para o terceiro problema.

Quanto à Saúde a Câmara prontamente fez grande intervenção na Unidade de Saúde e Familiar de Aradas, com cuidado por forma a as pessoas não ficarem privadas de cuidados de saúde e instalou contentores. Portanto quanto ao problema da Saúde o problema em Aradas foi resolvido e era um problema urgente para dizer urgentíssimo.

Havia efetivamente falta de condições na Unidade de Saúde e Familiar. Chegaram mesmo a aparecer dejectos de animais dentro da Unidade de Saúde. Portanto não se percebe quando se diz que não se gasta dinheiro em obras prioritárias. O que será mais prioritário que a Saúde dos nossos concidadãos.

Quanto à Educação. As escolas entregues à Câmara e da responsabilidade da Câmara Municipal estão a ser intervencionadas. Há um ano atrás começaram as queixas dos pais do Centro Escolar de Verdemilho. O Centro está em obra e a bom ritmo. Uma resposta rápida, pronta e eficaz. Está a ser ampliado e a obra está a correr bem.

Portanto a ampliação do Centro Escolar de Verdemilho custa a módica quantia de 476.236 euros. Se calhar dinheiro mal gasto!? Mal gasto na educação de 200 crianças que são metade do nosso universo que frequenta, o jardim escolar e a escola primária. Percebe-se por que é que é hoje a freguesia esteve com 500 crianças sem aulas no período da manhã. Porque efetivamente a EB2+3 de Aradas esteve fechada, em greve, porque o senhor governo não pensa como a Câmara Municipal pensa e então foi não só por falta de pessoal não docente como também por existir amianto na escola. E também porque um mini tornado no início do mandato danificou grades e continuam danificadas. Este é um exemplo da boa

gestão e do que são aqui as prioridades. Realmente a prioridade da Câmara com Saúde e Educação para a oposição não são prioridades importantes Senhor Presidente, mas para nós freguesia são, embora para o Partido Socialista não serão e a prova é que hoje 500 crianças ficaram sem aulas na Freguesia de Aradas e já com outra greve anunciada. E hoje não vi nenhum senhor deputado preocupado com esta situação.

Mas vamos então a outra não preocupação. As redes viárias. É outra não obra urgente. Temos a requalificação da Rua Direita na Quinta do Picado, já cotei esta história mais que uma vez, quando andava a fazer campanha com o Senhor Presidente, diziam que não acreditavam em nós que a fossemos fazer. E enumeraram todos os candidatos desde 2002 que prometeram e a obra continuava por se fazer. Vejam se calhar uma obra não urgente porque desejada há 17 anos. Só na hora de almoço as pessoas a saírem da fábrica ali perto a fazerem o caminho pelo meio da rua, para não exagerar quase uma centena, que fazia o percurso pelo meio da rua porque não tinha passeios, sujeitos a haver um atropelamento. Portanto também esta era uma obra não urgente, em que se gastaram 200 mil euros, e que era desejada há mais de 17 anos, que eu tenha conhecimento.

Tal como a requalificação da Capitão Lebre, com o seu acesso pedonal ao Botafogo e que agora permite ligar de forma pedonal toda aquela zona.

Também ouvi aqui dizer (fiquei chocada, confesso), que a rotunda do Mercado, que a Câmara participou com a módica quantia de 146 mil euros, mas que facto não lhe dão importância. Não lhe dá importância quem não passa lá diariamente. Eu passo lá diariamente percebo bem a importância e a necessidade daquilo. Toda a dinâmica de trânsito que se cria, só quem não conhece. Não se apercebem que há toda uma Cidade que utiliza a N109 e que se movimenta e, portanto, esta reorganização de trânsito com esta rotunda teve uma importância fulcral, com uma fluidez extremamente importante. Aquele nó do Sacobão que existia, havia ali problemas sérios, os carros tinham muita dificuldade em cruzar, e os moradores daquele prédio que se situa mesmo em frente do que vai ser a superfície comercial, não conseguiam ir até ao centro comercial a pé. Tinha de pegar no carro para ir ou teriam que cometer uma infração. Neste momento com estas obras não importantes, que não havia necessidade, as pessoas conseguem agora ir a pé. Mas pronto isto não traz qualidade de vida às pessoas certamente.

Mas também, que chatice, temos também Cultura. A Direita e Centro Direita não gosta de Cultura! Olhem, mas afinal temos Cultura. E não temos só cultura no Centro da Cidade. Temos Cultura fora da Cidade nas freguesias. Cultura perto de Si. Que eu também não percebo como é que não viram a publicidade!? Eu falo pela minha freguesia. O meu evento foi publicado nas redes sociais, inclusive foi englobado no programa das Festas de comemoração do aniversário da freguesia, foi colocado na rádio, foi colocado no Diário de Aveiro anúncios, foram colocados folhetos pela freguesia nas caixas de correio, não percebo como é que o evento Cultura Perto de Si, ocorreu e as pessoas não tiveram conhecimento. Olhem mais publicidade não podíamos ter feito. Pusemos cartazes nas pastelarias, pusemos folhetos, enfim. Portanto se não têm conhecimento é porque não querem ter conhecimento dos eventos. E quando não se quer ver, já dizia o povo: o maior cego é aquele que não quer ver.

Depois, porque este é mesmo um mandato positivo. Isto é chato, eu sei, porque depois não há que criticar. Mas ainda temos uma delegação de competências com locais históricos na Cidade de fora da Cidade. E não querendo puxar dos galões, mas quer eu quer a minha colega de Esgueira integramos o Conselho Geral da Anafre e portanto temos perfeita consciência dos valores que se praticam a nível nacional com as delegações de competência. E quero dizer que os valores praticados na Câmara Municipal de Aveiro são históricos e são completamente diferentes dos praticados no resto do país.

E portanto é mesmo de saudar este desempenho e sacrifício que a Câmara faz em cumprir e em passar estas delegações para as suas Juntas apoiando-as desta forma. O que permite não só que as Juntas tenham uma capacidade de fazer diferente o seu serviço. O serviço mais próximo e com maior capacidade de resposta, como nos permite ainda termos uma capacidade de termos orçamentos que não teríamos se não tivéssemos. Isto representa uma grande verba do nosso orçamento, os orçamentos quase que duplicam, e permite-nos ter uma gestão rigorosa e sem mácula e ao mesmo tempo apoiar as nossas associações, promover festivais como não tínhamos, e dinamizarmos as freguesias. E saber agora que a delegação de competências é cumprida. Porque os 10 presidentes de Juntas que estão aqui sentados nesta sala sabem que as mesmas são cumpridas pontualmente e assim poderemos assumir compromissos e fazer obras que de outra forma não conseguiríamos. Ou seja, o mandato em Aradas penso que não podia ser mais positivo. E se todos fizermos um exercício com honestidade intelectual será igual em todas as freguesias. Tenho dito."

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰¹⁵

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁸

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. Vou tentar ser breve porque estamos já com pouco tempo. Isto é sinal de na bancada do PSD há um grande orgulho no caminho que tem sido construído por este executivo. E que ninguém tenha dúvidas, é uma história bonita e muito positiva

Eu neste relatório de Actividades da Câmara o que me apraz aqui realçar são efetivamente duas coisas já referidas pelo meu colega Casimiro Calafate, que se prende com a questão da requalificação das ruas e das estradas muito secundárias e terciárias, destas freguesias do concelho, o que é notável.

Eu visitei, eu vi, estradas que eram caminhos de terra há mais de 30 anos e é efetivamente uma Câmara que está sob um programa de apoio municipal que, de facto, a dar este cunho e este impulso em termos de obra numa coisa que é tão importante para as pessoas que vivem nestas freguesias.

Outro aspeto que eu gostava de realçar porque também o visitei é a questão dos bairros sociais. Da requalificação, nomeadamente no Bairro de Santiago, onde estive e que fico orgulhoso, fico sensibilizado pelo lado e pela sensibilidade social (passe a redundância) do executivo, que uma vez mais sob um programa de apoio municipal investe aquilo que há 30 anos não se investia e com qualidade. Prédios que de facto estão neste momento em obras e que têm muita qualidade e que dignificam de alguma forma as pessoas que lá vivem.

Gostava ainda de referir uma coisa muito rápida que se prende com seguinte: Tudo isto é feito em simultâneo com um reequilíbrio das Contas da Câmara Municipal de Aveiro. O trabalho não está todo feito, obviamente. Só para que tem uma noção, numa câmara muito maior que a de Aveiro a do Porto, houve um presidente de câmara que quando lá chegou apanhou uma dívida de 200 milhões de euros, ou seja apenas 50 milhões de euros do que a Câmara de Aveiro tinha há uns anos atrás, reduziu essa dívida para números abaixo dos três dígitos, para 99 milhões. A nossa recentemente passou de 100 para 97 milhões, como aparece num documento desta ordem de trabalhos, sendo que faltam ainda abater a recente hasta pública dos 3.7 milhões e mais qualquer coisa que até o final do ano vai aparecer.

Portanto continuamos nesta trajetória descendente de dívida pública municipal em valor absoluto, contrariamente àquilo que acontece no país. Temos os impostos a baixar no município, e temos um nível de investimento com há muito não se via nesta Cidade.

Portanto, está-se a construir um bom episódio, um bom episódio histórico do município de Aveiro. Tenho dito."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²⁰

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²¹

Presidente da Mesa⁰²²

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

"Muito obrigado a todos. Rui Alvarenga há aqui algumas abordagens que lhe chama de contraditórias e que são apenas diferenças de perspetiva diferentes. Quanto dá o exemplo do Rossio, a obra do Rossio vai colocar mais carros. A nossa análise é exatamente a inversa. A obra do Rossio vai pôr menos carros. E isso desde abordagens muito óbvios. Desde o espaço para o carro andar e estar estacionada à superfície vai ser reduzido para menos de metade do que existe hoje, obviamente (e não é preciso ser especialista) que a quantidade de carros que lá pode andar é menor. Mas além disso, os estudos feitos, deixam isso claro.

Mias. Está tudo visto nos estudos e nas nossas impressões, que um dos fornecedores principais de carros ao Rossio é a Rua João Mendonça porque tem esse sentido que permite que nós façamos a deslocação das Pontes para Rossio. Agora esse sentido vai acabar.

A Rua João Mendonça vai ter apenas um sentido de saída. Portanto, objetivamente, a nossa análise e a nossa perspetiva é que a obra do Rossio vai tirar carros do Rossio.

O Rui e outras pessoas acham o contrário. Pronto, são opiniões diferentes, mas esta é a nossa perspetiva objetiva, matemática, no que respeita à área para o carro e obviamente do também do estudo que uma empresa da especialidade fez e que está no processo do projeto.

Em relação às árvores está tudo dito. Falámos muito sobre isto em Oliveirinha e apenas reiterar os princípios. Todas as árvores que abatemos até hoje e abateremos daqui para a frente, têm uma circunstância objetiva. Têm um risco de fim de vida que pode pôr em risco ou melhor, o seu fim de vida pode pôr em risco a vida de pessoas; têm patologias fitossanitárias ou têm uma implantação no espaço público errada. Errada no sentido de que põe em causa em regra, a segurança e o conforto dos peões que circulam no canal pedonal onde está a árvore. São estes os critérios.

Rui, quando algum dia souber de alguma árvore foi abatida sem qualquer um destes 3 critérios, diga. Ai e tal no Rossio vão mudar as árvores. Sim, vamos mudar as árvores. Mas olhem também vamos plantar muitas mais.

A Ana Maria Seiça Neves já deu o exemplo da Avenida Lourenço Peixinho que vamos plantar quase o dobro — é uma coisa que não falam. Nenhum de vocês fala. O Partido Socialista ia lá construir um mega centro comercial no tal sítio que não tem uma única árvore. Queriam lá construir um mega centro comercial junto à estação, que até valeu um protocolo a com a REFER e que hoje tem uma obra dum parque estacionamento, que vai ser com coberto arbóreo em toda a sua área, etc.

Portanto nós temos uma atitude positiva naquilo que é a presença de árvores no espaço urbano. Mas sempre com a primazia para o homem. Estes são os nossos princípios.

Era agradável passear na Rua da Pêga? Só para quem não passeava na Rua da Pêga. Seguramente muitos dos membros nunca fizeram a Rua da Pêga a pé. Nem do lado da Ria nem do lado urbano. Porque se fizeram com atenção sabem que era tudo menos agradável. Era quase um Safari como aqueles que o Rui descreveu em relação à Rua Cândido dos Reis.

Garanto-vos em absoluto e se virem o projeto está lá desenhado e a obra vai executar o que está no projecto, que vamos ficar com uma via que tem muitas árvores e que tem dois canais pedonais com a devida qualidade em boa relação com as árvores.

São novas as árvores e aquelas eram velhas. É a vida da natureza. Nada nasce velho. O que é uma invenção nova desta "esquerdalhice" que vamos tendo neste mundo. Até aparece que não há o direito de ser novo! Até parece que se transplantam árvores velhas. Não é assim. E, portanto, é esta atitude positiva e construtiva e responsável que nós temos em todo este processo.

Rui e o seu exemplo bem dado, da Cândido dos Reis, é o exemplo de tantos sítios no nosso município. Podia ter dito a mesma coisa do Rossio. Da Avenida Lourenço Peixinho. Mas já não pode dizer isso onde já fizemos intervenções. Vai ver, a Almirante Cândido dos Reis acaba de ser adjudicada e esses problemas do Safari vão ser resolvidos. A recolocação de caixas, recolocação de bocas-de-incêndio, de postes de iluminação. Obviamente. Procuraremos dentro da limitação do espaço de manobra que não é totalmente livre pôr esses elementos que são importantes para a nossa vida. Nós precisamos do poste de iluminação, da caixa que distribui energia, da boca-de-incêndio, mas vamos pô-lo bem arrumado no espaço público, para que o canal pedonal esteja, enfim, disponível com segurança e conforto. Isto é o trabalho que estamos a fazer. Quando virem uma obra terminada que não fique como eu acabei de dizer, então sim errámos.

A presidente de Aradas falou da Rua direita. Já lá foram ver? Por exemplo, naquele troço entre a Primagera e a padaria da Broca arranjámos soluções porque tínhamos um problema. Um passeio com um metro e com árvores no meio. Solução clássica, vamos tirá-las. Mas decidimos, não tiramos. Porque com duas passadeiras na estrada, o corredor do outro lado tem quase três metros de largura, e a malta anda do outro lado.

Então alguém elogiou isto? Não. Mas se nós abatêssemos uma árvore lá vinha esta mania da "esquerdalhice" e era aqui o diabo.

Portando esta é uma atitude séria. E Senhora Doutora tenha cuidado com o que lê nas redes sociais. Porque houve uma pessoa que referenciou que pusemos lá uma árvore daninha, com todas as aspas de abordagem técnica, com rodas as aspas, mas depois corrigiu. A mesma pessoa que falou que tínhamos escolhido a espécie incorrecta para a Avenida, nesse mesmo dia à noite, foi corrigir o seu post porque de facto se enganou.

Porque a árvore que escolhemos para a Avenida não era aquela que ela pôs no primeiro post. Era a do segundo post. E é uma árvore recordista mundial de em fixação de dióxido de carbono. É uma árvore com uma simbologia cultural importante. E obviamente que ninguém diz mal da árvore que escolhemos que é a Ginkgo Biloba.

Portanto nesse seu exercício de abordagem às redes sociais leia tudo. Já agora leia tudo!

Orçamento Participativo vamos ter. Qualquer dia falamos sobre isso. Matilhas não temos neste momento nenhum problema especial. E estamos com um trabalho muito interessante. Mérito da nossa equipa. A nossa Chefe de Divisão do DSU, a nossa Médica Veterinária, todo o equipamento que lhe entregámos, para crescer a esse nível e estamos também a poucas semanas de lançar o concurso público da obra do Canil Intermunicipal.

Quanto a Oliveirinha. A Rua do Ramal pertence ao grupo das próximas doze ruas secundária e terciárias, como dizia o Filipe, que vão ser pavimentadas.

Vamos pavimentar tudo. Relembro só que a auditoria que fizemos há quase 6 anos, tinha só 15 milhões de investimento para fazer-se a recuperação. Estamos a fazê-lo todo. Estamos a fazê-lo todo nos 4 cantos do município. Mas enfim, nem o PAN conseguiria pôr isto assim em seis anos. Rui até porque é preciso fazer projectos e em muitas delas não há rede de águas pluviais e é preciso projectá-las. E obviamente isto tem procedimentos que devem ser seguidos.

Rita, além daquelas coisas que eu vou-me dispensar de falar consigo, porque é o costume, dar-lhe nota que começaram a obra de instalação dos abrigos de passageiros. Como alguns já terão visto estamos em plena obra. Vamos estar em obra agora uns meses.

Hoje até houve um problema. Esta noite passada, mas logo má-língua "esta Câmara é uma vergonha porque não toma conta e a obra não está sinalizada" porque houve um sítio em que as vedações da obra foram alvo de roubo durante a noite.

E de manhã os atentos. Nem sei se foram os próprios que foram roubar as grades àquele abrigo, de manhã pimba, pimba. Já estavam 4 fotografias lá a dizer esta Câmara é uma vergonha.

Mas dizer-vos que temos um excelente empreiteiro. Temos uma boa equipa de fiscalização. É pá, não conseguimos é tomar conta de tudo durante a noite. De vez em quando há um cidadão ou outro que se entretém a fazer asneiras. Tomámos uma decisão hoje de mudar a tipologia de grade, para grades sem valor comercial, para ver se os amigos do alheio não se entretém a levar-nos as grades à noite e depois de manhã porem fotografias no Face.

Rita dar-lhe nota que esta operação não tem nada a ver com a concessão de transportes. É uma operação autónoma. É um concurso autónomo. E este é apenas o primeiro Inverno. A obra era para ter começado em Agosto. Era o mês definido, mas houve um conjunto de questões várias que impediram que ela começasse no mês que estava referido que era Agosto. E ela está a começar agora. Portanto no início do 1º Inverno estamos em plena obra para mudar os abrigos. Não é em todas as paragens Rita. Vá lá ver o dossier que está ao dispor. Não é em todas. Foi feito um estudo com pormenor para verificar quais são os sítios de localização e de espera, onde se põem abrigos. Que não são os sítios onde pára o autocarro.

Por exemplo, em termos técnicos não se põem abrigos em zonas onde a paragem de autocarro e só para descarregar passageiros, ok. São os circuitos de ida ao fim da tarde.

Há um trabalho de estudo com pormenor e, portanto, daqui a bocado escusa de vir dizer, aí não está em todas. Não está mesmo. Os abrigos estão nas zonas que foram estudadas em que há tempos de espera e cidadãos à espera. E obviamente têm essa condição. A análise não é de 10 para cima, não. É sítios onde a espera para tomar o autocarro.

Quanto àquelas outros problemazitos existenciais com o capital privado, olhe fique lá com eles.

Nós temos o maior gosto. O maior gosto de ter feito um investimento Cacia na variante e temos uma empresa que investiu 150 milhões de euros e tem 120 postos de trabalho novos que é a Navigator. Temos o maior gosto de ter uma empresa espanhola, das maiores da Península Ibérica, que decidiu vir fazer a Mercadona um que está quase pronta e começou esta semana a loja da Mercadona 2.

Temos o maior gosto nisso e fazemos parcerias com essas empresas para melhorar o espaço público. A rotunda que já está feita junto do Mercado 1 e a rotunda que vai ser feita pela Mercadona que a paga a 100% na Alameda Silva Rocha.

E o parque de estacionamento junto da estação não é para a ETAC. É para os cidadãos que em regra não são os que usam os autocarros, são os que usam os comboios.

É malta que deixa ali o carro apanha o comboio e no fim do dia regressa. Não é para a ETAC. Inventou isso, pronto. Tinha que arranjar aqui uma logica para dizer mal e portanto achou que o estacionamento é para a rapaziada que anda de autocarro. Digo-lhe, não é. Toda a gente sabe que os principais utilizadores daquele parque de estacionamento, são pessoas que usam o comboio, mas seja também para as que apanhem o autocarro. O espaço é livre, incluindo para a Rita que também lá pode estacionar sem pagar. É esta a nota.

Vamos ter pessoas que vão comprar ao Continente, ainda bem. Pessoas que vão entrar ou sair na CP ou no terminal rodoviário, seja de que empresa for, porque esqueceu-se também que o terminal rodoviário não é só para a ETAC, é para todas as empresas. O mais recente

operador europeu de transportes do chamado expresso já opera em Aveiro há 4 semanas. Não sei se já viram os seus autocarros, uns são laranjas, outros são verdes. Aquilo não é um terminal da ETAC. Aquilo é um terminal gerido pela ETAC para todas as Quanto ao hotel 5 estrelas. Ó Rita, não minta. Não sei onde é que inventou isso que agora a unidade hoteleira que está já em obra (não sei se já repararam) tem o dobro do volume. Ó Rita não sei onde é que inventou isso!?

Fica-lhe mal mentir. Uma coisa é essas suas divagações psicoideológicas - é a vida. Mas vir para aqui mentir, que aquele projeto foi aprovado com um volume A e que agora a Câmara mudou tudo e tem o dobro do volume é uma pura mentira.

Que não sei onde é que a senhora inventou isso!? Mas mentir é feio, Rita. E é dispensável. A senhora é contra hotéis de 5 estrelas. Pronto. Está-se bem. É a vida. Inventou, porque a segunda aprovação, que é verdade há uma segunda aprovação, porque o novo dono decidiu mudar de 4 estrelas para 5 estrelas.

O que mudou e mudou radicalmente, curioso, sabe onde é que é? Na cave. Temos uma cave nova porque vai ter uma piscina. O anterior projecto 4 estrelas não tinha piscina porque não era obrigatório. Um 5 estrelas tem de ter piscina. E onde é que é a piscina? Para a Rita é no 4.º piso ou um 5º para fazer a piscina. Olhe, não. É um buraco lá em baixo.

Não minta. Discorde, discorde sempre à vontade. Especialmente por questões psicoideológicas discorde sempre. Mentir é dispensável. Não é preciso trazer a mentira como arma de arremesso. Especialmente numa coisa tão óbvia. E toda a gente está ao dispor. É só pedir para consultar o processo de obras. Está lá na Câmara, peçam, vejam, depois vejam o que é que é o dobro do volume e como eu "estou aqui feito" com o pessoal das 5 estrelas.

Ponham tento e verdade no discurso político. Nós temos poder e oposição. Diferenças de opinião. Trabalhemos isso com lealdade e com dignidade. Não é preciso mentir.

E a nossa oposição tem uma opção política que eu lamento imenso, que é de mentir, que é de insultar. Não é mesmo preciso para sermos diferentes — e eu tenho em relação a vocês o maior gosto ser diferente. Estamos a crescer, estamos a trabalhar, temos de facto um balanço muito positivo. E agora, enfim, as obras grandes, dispensáveis, não sei o quê. Não. Nós estamos a fazer obras que são importantes para as pessoas.

Toda a gente concorda com todas as obras? Nem aqui nem em lado nenhum do mundo. Agora, alguém em razão da razão, da seriedade, vai dizer não, a maior parte das obras da Câmara não serve para nada, são um disparate. Alguém se atreve a dizer isto em razão da verdade? Não. Não o pode dizer. Não o pode dizer, porque não é verdade.

Alguém diz, eu não concordo com a obra A,B, ou C. Isso é legítimo? Mas com certeza. Tenho eu alguma dúvida que toda a gente concorda com tudo. Isso não existe. Agora deixemos é de mentir.

Não é preciso mentir para fazermos disputa política. Fazemos a disputa política com as diferenças de opinião, legítimas, deixem é mentira como arma de arremesso sistemático que vocês usam sistematicamente no debate político.

Jorge Greno e a Sara também falou nisto. Olhem a informação é sempre pouca. Mas nós de facto já só falta sinais de fumo, ovis, quer dizer umas coisas ainda mais radicais que até podemos ponderar. Agora panfletos, redes sociais, info mail, o trio tech como eu costumo dizer, foi por info-mail para a casa de toda a gente. A empresa que contratámos entregou na casa de toda a gente? Temos a certeza absoluta que não. Todos temos essa experiência. Mas nós queremos informar e temos dado muita informação. E sabem uma coisa, temos tido bom retorno. A esmagadora maioria das ações têm um nível de adesão alto dos nossos concidadãos. O estudo de uma empresa privada, que é do melhor que o país tem estudos de opinião, demonstra o relatório que quisemos comprar que, o alcance das notícias do trio tech na semana do Techdays, atingiu quase 600 mil pessoas.

É um estudo técnico feito pelas contagem matemáticas que sabem que eles fazem nas operações das redes sociais do alcance das notícias, etc. Vamos procurar fazer melhor, vamos procurar massificar, embora julgamos que estamos num patamar bom.

A Sara não apanhou o mapa, mas havia um mapa para a visita ao CriaTech e ao Prisma, não lhe calou. Vamos na próxima tentar melhorar também porque havia um mapa para as pessoas poderem seguir onde estavam os pontos todos. E perdeu seguramente alguns bem giros, os que estavam no Parque Infante D. Pedro e os que estavam na baixa de Santo António e no Alboi também estava uma câmara de furos de luz. Mas pronto, procuraremos melhorar também a prestação a esse nível.

Nova Agrovouga é uma aposta diferente. Esta nova Agrovouga vai-nos levar uns anos a fixar em termos de qualidade. É uma feira diferente. Muito Agro, muito Pecuária, com vacas. Nós não vamos naquela conversa do Senhor Reitor da Universidade de Coimbra e vamos ter a melhor vaca do mundo que é a vaca Marinhoa.

Lá teremos a nossa Marinhoa com grande distinção ao vivo e em directo para a malta ter umas belíssimas refeições. E depois as aplicações modernas da Agricultura. A agricultura urbana, a bio agricultura, etc. É uma aposta nova. É um caminho que vamos fazer. Com grande investimento. Nós vamos ter uma feira boa, mas diferente. O país tem muitas boas feiras agrícolas, mas nós também queremos ir para esse grupo, mas com uma personalidade específica e diferente. E tenho muito gosto (e aproveito para anunciar hoje) que vamos ter a presença para a abertura no dia 20, que tem uma conferência de abertura, e tenho muito gosto que no encerramento da conferência de abertura será feita pela Senhora Ministra da Agricultura Dr.^a Maria do Céu Albuquerque, que acto imediato fará a volta de inauguração da nova Agrovouga. Gesto também de reconhecimento desta aposta que vamos fazer. E eu em especial porque tenho uma estima muito especial pela Senhora Ministra, que como sabem foi minha colega até há pouco tempo desempenhando funções como Presidente de Câmara de Abrantes.

Jorge Greno quanto ao EN ou EM. O meu amigo escolha a letra que quiser. O nosso Vereador Miguel Capão Filipe está já a ultimar a próxima reunião de trabalho da Comissão de Toponímia onde vamos formalizar o nome de Avenida Europa.

Portanto até lá o meu amigo escolha a letra que quiser. N ou M não tem problema, mas ela vai chamar-se seguramente Avenida Europa, mas ela vai marcar definitivamente depois da decisão formal que será tomada ainda este ano para Avenida Europa e deixamos de ter essa questão. Mas temos uma série de coisas para fazer para limpar os N e os M como é evidente.

O Parque Aventura é um projecto muito interessante. O Partido Socialista votou contra na Câmara, mas é um projecto muito interessante. É um projecto diferente. Radical na oferta, mas multietário. Sara vale a pena conhecer o projecto e espero que nos calhe um bom empreiteiro no concurso que está a decorrer para fazermos obviamente uma boa obra, para termos ali uma oferta diferente, única à escala do município como oferta para toda a família, incluído parque canino para aquela malta que leva o cão quando vai ao parque divertir-se

Dar nota também que o projecto da Avenida Jorge Gonçalves, respeita em absoluto o património da Avenida. O património edificado privado que é o principal. Algum edificado público. A matriz da calçada à portuguesa, da simbologia da própria calçada, A matriz da Avenida é absolutamente respeitada.

Não me parece que o corredor central da Avenida seja uma matriz cultural. Não me parece. O que dirão dos obreiros do túnel da estação sobre semelhante coisa. E eu não digo mal deles. Digo bem. Digo bem do túnel da estação.

Portanto a matriz patrimonial da Avenida é completamente respeitada. Eu gostei de receber um mail da Liga dos Combatentes a dizer "Senhor Presidente ao dispor se precisar de

alguma ajuda para localização exacta do Soldado Desconhecido". Porque de facto vai valorizar. Vai aproximá-lo das pessoas. Esse tempo da estátua estar lá ao longe acabou. Nós hoje queremos a estátua perto e conviver com ela, tirar uma selfie, é assim nos dias de hoje. Vexa acha que vamos desonrar, olhe os homens que combateram e fizeram tropa, tem uma atitude ao contrário. Muitos deles são gente já com muita idade e acham que vamos valorizar. Portanto é exactamente ao contrário esta atitude conservadora no sentido da valorização patrimonial e não conservadora no sentido da modernização. Porque a nossa Avenida é uma vergonha.

Não tem rede de águas pluviais. O problema da iluminação. A nossa Avenida é muito pobre em iluminação pública. Acha que os semáforos são património da Avenida, acha? Claro que não. Portanto, é, de facto, um passo muito positivo nesta dupla condição de preservação patrimonial e de modernidade para lhe dar qualidade. Corredores pedonais em condições, mais árvores no sítio certo que é junto aos corredores pedonais. É aí que nós precisamos das árvores para dar mais conforto.

Ana Maria tomei boa nota das suas recomendações. Designadamente dos buracos dos passeios. Procuraremos fazer melhor. Vamos agora lançar um concurso, se souber de alguém que possa ter vontade de concorrer para calceteiro, que é um problema diabólico que temos hoje. Nós estamos com a nossa equipa reduzida ao mínimo absoluto e é um problema sério que temos hoje, claramente. Mas olhe, vamos procurando fazer o melhor. A Feira que referenciou (fui eu próprio falei), não é a Agrovouga. Era a FARAV. Nós tivemos a Farav, teve o seu tempo, foi boa, definhou, morreu, e connosco não vai voltar. Foi a Farav. Com a Agrovouga vamos ter uma atitude positiva.

Quanto à zona da lota estamos em luta para que o Governo nos entregue os terrenos. Eu não vou dizer à APA que vá resolver os problemas. Eu fui lá ao jantar do Á Vela no sábado e aquilo parecia uma banheira. Tinha chovido era uma banheira completa. Mas vou dizer mal da APA? Não. Eu vou dizer é que o governo nos entregue aquilo rapidamente. Não faz sentido a Câmara lá gastar um tostão nuns terrenos que não são nosso. Mas a minha crítica à APA é zero. A minha crítica ao governo entreguem-nos rapidamente aquela área para podermos tratar. Não queremos um tostão o que queremos é aquela área entregue para podermos tratar dela. É isto que nós queremos e é esta a nossa luta.

Já passaram foi meses demais. Porque já foi um governo embora que não respondeu a cartas, que não fez reunião nenhuma, nem sequer nomeou o seu representante na comissão o que é uma coisa inacreditável. Esperemos que o atual Governo seja mais diligente do que o anterior por até agora foi muito mau.

Quanto ao barco/restaurante, ele teve obras de beneficiação e da alteração já no sítio. E há uma objetiva dificuldade no recrutamento da equipa para começar a operar. O seu titular está muito empenhado em pô-lo a funcionar. A obra física está terminada. Está tudo pronto. Falta agora tratar da equipa de recursos humanos para que a operação se possa iniciar. A empresa titular do direito que lhe demos quer muito mais do que nós começar a sua operação.

Quanto à sua ideia do Bairro da Beira Mar. Então mas essa é a nossa atitude em tudo. Eu já tenho muitas ideias que apanho no ouvido quando ando na Beira Mar. Quando me enviam emails e cartas manuscritas. Há já uma série de ideias em cima da mesa. E venham mais. Olhe mande as suas também para o nosso projecto que estamos a iniciar.

Vamos embora. Nós andamos na rua e falamos com as pessoas porque queremos ter um bom projecto, qualificado, mas com muitas dúvidas ainda. Ainda há dias aqui falávamos numa. Até por iniciativa do Manuel Prior. A questão do estacionamento em ruas com estradas muito estreitinhas onde não passam as ambulâncias nem bombeiros.

Mas vamos embora. Mande lá o seu projecto, aberto, como vamos agora porque queremos tomar as melhores decisões para termos um excelente projecto para requalificarmos com muita qualidade o nosso bairro da Beira-Mar.

A rotunda das Estátuas. Ângela, temos que gerir a ansiedade é a vida. Já lançamos o concurso, esperamos que corra bem. Entretanto a rotunda da Lusavouga já lhe passou à frente. Já a estamos a adjudicar. Mas esperemos que esta também corra bem para que a obra possa ir para o terreno. Querámos separar as obras para termos as obras mais ou menos em simultâneo, mas é a vida. Há incómodos bem mais delicados do que esse. Esperemos que os passos próximos corram bem para que a obra possa ir para o terreno. Quero ainda agradecer as notas do Casimiro Calafate, do Filipe Tomaz, do Fernando Marques e da Catarina Barreto,

Primeiro. Nós capacitámos a Câmara. Os nossos funcionários não tinham roupa para trabalhar. Sabem qual é a vergonha maior de uma organização. É os nossos funcionários não terem roupa para trabalhar. Eu não sei se vocês se lembram como é que andavam vestidos os nossos trabalhadores das obras. Uma vergonha de corar de vergonha. E não me venham dizer que a Câmara não tinha dinheiro. Porque uma Câmara quando não tem dinheiro para comprar roupa para os seus funcionários devia fechar a porta e todos os seus autarcas terem um processo disciplinar e serem despedidos.

Porque não pode ser verdade, não haver dinheiro para comprar uma coisa básica para o trabalho destes recursos humanos. E, portanto, nós equipamos toda a gente com qualidade. Estamos a acabar de renovar toda a nossa frota de viaturas mais pesadas ou mais ligeiras. Porque os instrumentos de trabalho, a autoestima de quem trabalha, já que não podemos dar-lhes mais ordenado que queríamos dar, mas porque quem manda nos ordenados dos funcionários é o Governo do país, nós fazemos tudo para eles terem qualidade e por aí ter um estímulo importante para o seu trabalho. E temos muito gosto em hoje termos níveis de produtividade altos. Não só da equipa de pavimentações (que é um excelente exemplo) mas também noutras equipas, com gente polivalente, gente trabalhadora, gente disponível, gente que está satisfeita pelo facto de hoje trabalhar numa Câmara que lhe dá condições e que dá motivação. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[026](#)

"O Senhor Presidente, antes dos tempos remanescentes gostaria de invocar a Defesa da Honra, já que o Senhor Presidente mencionou com alguma adjetivação mais rude.

Já é recorrente o Senhor Presidente, por diversas vezes, adjective esta bancada com alguns adjectivos que são menos próprios. Já não é a 1ª vez, a 2.ª vez, ou a 3ª vez. Isto também é um alerta para o Senhor Presidente da Assembleia que é conivente e parcial com este tipo de adjectivação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. É inadmissível que esta adjectivação seja preconizada sistematicamente contra esta bancada. Muito obrigado."

Presidente da Mesa:[027](#)

"Senhor deputado, o senhor considerou-se ofendido. A pessoa que supostamente o ofendeu tem direito agora a explicar-se ou até no limite retratar-se se assim o entender. O Senhor tem de ouvir a pessoa que pretensamente o terá ofendido.

Mas já agora que neste entre aspas se meteu comigo, deixe-me dizer-lhe o seguinte: está aqui o Senhor deputado Filipe Tomaz e aqui há uns meses nós discutimos até bastante esta questão da "defesa da honra" na altura era ele que se sentia ofendido e, a questão até foi levantada por um deputado do PSD e eu expliquei-lhe aquilo que vou explicar ao Senhor

deputado. Uma coisa é chamar uma pessoa de mentirosa. Isso é uma ofensa. Outra coisa é considerar-se determinadas afirmações políticas de que sejam falsas ou classificadas como mentiras. Portanto isto já aconteceu no sentido exactamente contrário no hemiciclo."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[028](#)

"Ó António eu gosto muito de si e tenho total respeito por si. Não tenho nenhum motivo para o ofender, não tenho nenhum, objetivamente nenhum.

Quando uso palavras como a "esquerdallice" o sentido que essa palavra tem, só se pode ter ofendido com duas coisas: foi a "esquerdallice" ou outra que às vezes uso que é "esquerdóide" e depois a outra foi a "mentira". Não pode sentir-se ofendido por mais nada.

Com a "esquerdallice" ou com a "esquerdóide" dizer que uso essas palavras no sentido de dar nota que são atitudes de esquerda que eu entendo que são estapafúrdias em termos ideológicos. Portanto não lhe vou chamar de esquerda e ponho-lhe um sentido perturbado.

Quanto a mentir peguei num exemplo objetivo, que se quiser uma verificação presidencial estou ao dispor. Aquilo que a Rita disse é falso. Se quiser ver a alteração com o projeto à nossa frente, fazer contas às áreas, o que quiser, ao dispor.

Eu tenho o máximo respeito por todos os colegas autarcas membros da Assembleia Municipal. Gosto muito da disputa, dialética, aqui. Tenho muitos colegas meus que faltam imenso às Assembleias Municipais. Eu não falto a nenhuma. Tenho o maior respeito. Olhem algum dia que falte é porque teve mesmo de ser e não planeado. Eu pedi para esta reunião ser hoje porque a próxima sexta-feira estou num sítio muito importante a anunciar uma coisa muito importante para todos nós. Tenho o maior respeito pela Assembleia. O maior respeito. E quando cá faltar é porque algo da minha agenda se perturbou porque venho cá com respeito a todos. Alguma palavra mais quente do debate, olhe viva o debate quente e viva a democracia. Não é preciso é usar a mentira. Disse."

Presidente da Mesa[029](#)

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)[030](#)

Vogal Rui Alvarenga (PAN)[031](#)

Vogal Jorge Greno (CDS)[032](#)

Vogal Sara Tavares (PS)[033](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[035](#)

"Rita não é por repetir uma mentira que se torna verdade. Só que agora mentiu de forma mais grave Rita. E um dia destes vai ter que dar explicações a um outro sítio que não aqui. O licenciamento da obra que já começou e absolutamente legal e cumpre o instrumento de planeamento em vigor, que disse bem o nome PUCA. Não tem nada a ver com o novo PDM porque ainda não é nada em termos legais. É um projeto e uma proposta. Cumpre o PUCA. É evidente que também cumpre o PDM, mas cumpre o PUCA. Foi licenciado ao abrigo do PUCA. É falso. O pior que há quando a gente mente é persistir na mentira. Mas a Senhora não persistiu, arranjou uma nova que é dizer que aquilo é ilegal.

Por agora vamos ficar assim, mas um dia destes a Senhora vai ter que ir justificar isso para outro sítio. Porque uma acusação de ilegalidade de um licenciamento é uma coisa grave Rita.

Portanto dar nota à Assembleia Municipal de que o licenciamento é absolutamente legal. Ninguém vai ficar sem sol e sem ventilação, isso é um absurdo. E se a Rita quiser sentar-se

seriamente para ver o projeto, para eu lhe explicar as diferenças das suas fotografias, onde há diferenças e onde não há, tenho o maior gosto.

Agora faça o que quiser com as suas mentiras. E se quer viver o mundo da mentira, fique. Agora as suas acusações de ilegalidade já passam para um outro domínio e eu que quero estar no domínio da política. Mas se de facto a opção do Bloco de Esquerda for outra, pois com certeza, tem que se fazer a vontade.

Deixar apenas a todos claro que, o Bloco de Esquerda acaba de mentir de uma forma mais grave do que à bocado. O licenciamento deste desta operação urbanística de reabilitação de um dos mais novos nobres elementos a reabilitar da nossa cidade, está com licenciamento absolutamente legal, como não podia deixar de ser. É essa a nossa cultura.

Quanto à publicolândia dar uma nota porque o último país que havia na Europa da publicolândia chama-se Albânia. E a Albânia é o mais recente candidato a integrar a União Europeia. Está numa reforma orgânica monumental e vejam lá que até Tirana foi candidata Capital Europeia da Cultura 2021. Perdeu, mas está na luta para ir lá num outro ano. Portanto até Albânia já deixou aquela ideia de que o comunismo era a solução da humanidade. Obrigado."

Ponto 3 – Apreciação e votação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁶ Presidente da Câmara para apresentação do documento.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

"Este é um Plano muito delicado. É uma derivação da ARU e do PEDUCA. No nosso caso não têm relevância de coisa nenhuma. É o colocar de uma forma diferente informação que está mais que colocada no dossier PEDUCA e no dossier ARU. Mas pronto é uma formalidade que nós temos de cumprir e nós cumprimos. Embora em termos substantivos não tenha relevância. A relevância está toda no nosso dossier da área de reabilitação urbana, no nosso quadro de projetos do PEDUCA, como é evidente. Aqui é a mesma coisa. Quem estudou o dossier verificou, apenas com um arranjo diferenciado cumprindo quadro legal que temos em vigor. Tivemos uma participação pública embora era uma não participação, porque era um cidadão a chamar a atenção para uma questão pertinente de ruído, mas que obviamente não tem nada com as definições do ARU. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

"Tal como o Senhor Presidente agora aqui colocou, nós também consideramos que a Câmara viu este Plano como o que é o cumprir de uma obrigatoriedade em vez de o encarar como uma oportunidade realmente, no que é de avançar no que é a reabilitação da cidade, contribuindo para o que consideramos ser o direito inalienável à habitação. Cujo problema e cuja problemática já foi levantada várias vezes.

Coisas neste Plano que nos mereceu destaque. Primeiro e citando o que diz o Plano, diz o Plano que as áreas a intervir fazem parte de uma rede que será necessário dar condições

para dar resposta a deslocações entre o Centro da Cidade e a Universidade. Fala mais ou menos nesta parte. Isto é, naturalmente, indissociável da questão dos Transportes, da questão da degradação do Serviço de Transportes, da degradação das condições de trabalho dos profissionais que trabalham nos Transportes concessionados pela Câmara de Aveiro. E consideramos que isto é uma incongruência imensa.

De seguida há a questão do Turismo. O Plano diz que a predominância da função habitacional tem vindo a ser substituída por outros. De facto, é verdade. É verdade que a alienação de imóveis, por exemplo, é bom exemplo disso. Mas à parte disso consideramos também haver uma falta de legislação que possa dar resposta à questão dos AirBnB, dos alojamentos locais que estão em muitos locais da cidade despejar pessoas de suas casas em prédios em habitações normais, dando lugar a alojamento local, que tem que haver alguma legislação que proteja as pessoas que vivem nas suas casas e que algumas delas estão a viver situações preocupantes.

Relativamente ao ponto que fala da diminuição da presença tráfego automóvel. Pronto, voltar a trazer aqui o Rossio.

Consideramos que isto é um Plano cheio de incongruências. De facto, não basta escrever num Plano o que se deseja é preciso concretizá-lo em questões concretas e reais e não consideramos que isso esteja a ser cumprido na sua totalidade Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

"Senhor Presidente, estamos perante um Plano que de facto dá o diagnóstico do concelho em matérias de habitação, mobilidade, ambiente. E é um retrato bastante fidedigno. Devo até dizer que algumas partes poderia ter sido o Bloco de Esquerda a escrevê-las porque encaixam tão bem nas posições que nós temos tido nesta Assembleia.

E congratulamo-nos que o Senhor Presidente apresente este Plano e venha ao encontro do que têm sido as preocupações e o apontar dos problemas estruturais que existem em Aveiro. E, portanto, abandonou o seu sol e decidiu levar um banho de realidade. Seja bem-vindo! Preocupa-nos de alguma forma a quantidade de alojamentos vagos por exemplo. Ou os alojamentos de uso sazonal. Sendo que o Centro da Cidade, há tanta gente a querer viver mais perto dos serviços e do sítio onde trabalha ou estuda e depois temos esta percentagem de 20% de alojamentos vagos. Era importante que houvesse políticas que dessem resposta a esta matéria.

Como também nos preocupa a quantidade de alojamentos locais, sabendo que se no resto do país há um abrandamento no rácio entre habitação e alojamento local, Aveiro pelos piores motivos continua a subir esse rácio.

Depois a questão da mobilidade. Aponta a prioridade ao peão em detrimento de automobilista — completamente de acordo. Mobilidade sustentável, não podíamos ter dito melhor. Numa análise de fraquezas e de pontos fortes, aponta a dependência do automóvel pela fraca oferta de alternativas. Ou seja, assume de facto que não há alternativas. Não há serviço de transportes que dê uma resposta e, portanto, as pessoas veem-se obrigadas a usar o veículo individual.

Temos depois a questão do apoio e promoção aos modos activos. Criar uma mobilidade universal, clarificando a continuidade de percursos de ciclovias, etc. etc. como modo de deslocação. Política de mobilidade, permitindo que toda a malha urbana seja um espaço de inclusão e coesão social.

Portanto há uma data de matérias em que acompanhamos este diagnóstico. O problema aqui é que depois as políticas que são aplicadas pelo Senhor Presidente não quadram com este diagnóstico, pelo contrário, vão contra o que aqui se apresenta como diagnóstico.

E da mesma maneira que tivemos um Senhor Presidente se que se declarou pró carro, soubemos agora que o Senhor Presidente da Junta da principal freguesia da cidade, acha que uma cidade sem carros é uma cidade morta.

E, portanto, fica bem claro que não é que vocês não percebam o que é que está aqui em questão!? É que não querem perceber e não querem alterar o paradigma.

Mas depois temos pontos deste relatório em que fala sobre a promoção da qualidade do ar, ambiente urbano, promoção de sequestro de carbono que visem reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Diminuição do tráfego automóvel. Diminuição da utilização de combustíveis fósseis etc. etc. E, portanto, é um discurso que não verte na prática e só podemos lamentar por isso.

A questão da habitação é fulcral no nosso município. Não é só a questão da habitação social, obviamente que é importante que seja fomentada e não tem sido esse o caminho. Mas é também outro tipo de respostas que temos que dar à falta de habitação a preços que as pessoas possam pagar. Portanto habitação a custos controlados, arrendamento acessível — e o caminho que o Senhor Presidente tem feito, vai no sentido oposto fazendo alienação de património sem qualquer contrapartida e eliminando ou recusando qualquer instrumento que pudesse pôr alguma justiça social naquilo que é um direito, como é o direito à habitação.

A questão deste ponto, no entanto, é que muito do que é esta reabilitação, do que se promove aqui como a requalificação, é na verdade, mais uma vez, um apoio a privados e ao negócio dos privados, sem haver uma contrapartida direta ou efetiva do que possa ser este investimento público em negócios privados.

E, portanto, da nossa parte, não podemos acompanhar esta política. Consideramo-la errada como já disse antes. Consideramos que mecanismos de habitação, transportes, ambiente, devem ser fomentados na esfera pública e para usufruto das pessoas em geral.

E não acompanhamos esta forma de a usar dinheiros públicos para por exemplo melhorar o espaço público, quando sabemos que depois o que se está a fazer é tornar uma zona com área mais apetecível para a construção civil. E isto tem um nome, chama-se gentrificação, chama-se fomentar a especulação imobiliária. E, portanto, da nossa parte, nós votaremos contra este Plano. Disse."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴²

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴³

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁴

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Senhor Presidente, então se me permite. Eu quando fui eleito, sinto-me aqui representante dos cidadãos e no que diz respeito à reabilitação urbana, tenho que falar Sr. Presidente da Câmara da Rua do Gravito. Eu tenho aqui um papel que o senhor Cardoso do talho recebeu e que o senhor Adriano da sapataria recebeu, e eles falam comigo todos os dias e o papel diz o seguinte: diz que as obras da Rua do Gravito já deviam ter terminado há mais ou menos um mês! Eles estão extremamente preocupados com isto, todos estamos preocupados com isto e estamos no âmbito da reabilitação urbana e por isso eu faço questão. Quanto tempo demora no prognóstico que Vexa vislumbra aqui? No que respeita a esta matéria, nós notamos uma ausência de qualificação dos núcleos históricos e essa ausência é mais notada em freguesias como Esgueira e São Jacinto, etc. Consideramos que uma forma de atrair pessoas era fazer uma discriminação positiva do IMI para que houvesse uma atratividade maior das pessoas para esses núcleos urbanos. Na realidade essas valências poderiam realizar a identidade dessas freguesias.

Também nos parece (isto é assunto do PDM), mas o que nós verificamos também é que há em todas as freguesias, que estão para além da N109, há uma ausência completa de centralidades. Isto é, nós temos uma cidade consolidada da N109 para ocidente e temos uma cidade Nascente da N109 para oriente. Por isso é que digo que isto é assunto do PDM que será abordado na altura certa, mas o que nós verificamos é que uma ausência completa de centralidades nas freguesias que não permitem por isso, uma comparação no que diz respeito ao modus vivendi, a valências, no que diz respeito à comodidade, entre a maneira de viver na cidade Nascente em relação à cidade consolidada.

São no fundo estes os pontos que eu gostaria que o Senhor Presidente pudesse dizer algo. Muito obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁷

"Boa noite a todos. Sobre este ponto da reabilitação gostava de falar, já se falou de transporte, de alojamento local, de habitação, gostava de colocar uma pergunta ao Senhor Presidente. Há um programa do Governo para a construção ou requalificação de habitação para estudantes. Ou seja, requalificação de edifícios públicos para residenciais estudantis e universitárias, que é uma grande carência na nossa cidade. Gostava de saber como é que está esse programa e essa ligação entre o Governo central e a Câmara."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

"Bom, responderei, mas de facto não houve intervenções sobre a matéria em causa. Enfim, desde ouvir o Bloco de Esquerda a dizer que até eles fariam este documento e todas as questões colocadas não tem nada a ver com nada disto, eu estou feliz. Porque quer dizer que temos uma boa ORU mesmo que haja votos contra, enfim, os votos também valem como é evidente, mas eu continuo a dar mais importância às palavras e, portanto, embora uma cena um bocadinho bizarra, estou satisfeito com o debate porque ninguém disse nada sobre a matéria.

Não é aqui que se trata o direito à habitação. Não é aqui que se trata das condições de trabalho dos trabalhadores da ETAC. Não é aqui que se trata da legislação nacional sobre Alojamento Local. Não é aqui que se trata do Rossio, não é aqui que se trata de nada disto. Não é aqui que se trata dos diagnósticos do concelho. Isto aqui é uma matéria que trata da área da ARU, que integra o Centro de Esgueira, Uma parte da freguesia de Esgueira está dentro desta ORU/PERU, mas não está o concelho.

Aqui o que estamos a ver é a área da cidade mais central. E Esgueira é a área da ARU. Não há aqui nada sobre o concelho. Depois há a política, pronto. Mas não tem nada a ver com o Plano. A política está errada para o Bloco, mas o Plano é o Plano. A ORU é a ORU, não tem nada a ver com as condições de trabalho, dos trabalhadores, não tem nada a ver.

O Jorge Greno referenciou uma coisa que é muito importante. Temos um parecer positivo da Entidade que manda a lei que tem de dar parecer. Não esperaríamos nós outra coisa porque obviamente a ORU é um acto jurídico que eu devo dizer que acho dispensável, não é preciso para nada, mas pronto é uma determinação que temos que cumprir. E tem uma outra obrigação que é tem que ter um parecer obrigatório da entidade em causa que é o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, enfim, se der parecer diferente, negativo, não segue. Portanto o ORU é obrigatório com um parecer que seja positivo. Aliás um abraço ao IHRU que foi muito diligente no prazo que usou para nos dar a nossa resposta. Isso é um dado importante, quer dizer que este nosso plano cumpre a lei, cumpre os objetivos que estão fixados na ARU que é aí a justaposição principal e cumpre o Plano de obras que embora tenham a designação de Plano, que é o quadro de investimentos que

estão no PEDUCA. Boa parte deles em execução física já, outros em concurso, outros ainda em projeto. E, portanto, essa é uma peça externa muito importante que é o selo de confirmação da qualidade da nossa proposta, seja no enquadramento legal, seja na sua relação coerente com aquilo que está a sua base que é a nossa área de reabilitação urbana. Também dar nota que as obras da Rua do Gravito não têm nada a ver no sentido restrito. As obras têm a ver porque é uma obra PEDUCA, e sendo uma obra PEDUCA está dentro da ARU está dentro da ambiência da ORU.

Os prazos não tem nada a ver com isto, ok. Arranje aí outra oportunidade, obviamente ainda não teve tempo para ler o Plano ou então não tem nada para criticar e então lembrou-se aqui de um prazo que não é nada do que disse, mas que numa outra oportunidade eventualmente na nossa próxima reunião vamos tratar aqui como é que anda a obra. Está bem dentro do prazo não tem questão nenhuma.

Depois há uma outra questão que é importante. O nosso país tem instrumentos de lei para apoiar também ao nível dos benefícios fiscais operações de reabilitação urbana fora da área de reabilitação urbana.

Há um conjunto de episódios dentro das áreas de reabilitação urbana. Impostos nacionais e impostos da nossa a responsabilidade (no IMI e do IMT e na taxa de ocupação de espaço público). Há aquele adicional importante que é a possibilidade de os investimentos dentro da ARU usarem as verbas de financiamento de IFRRU. Isso são elementos que a reabilitação urbana dentro da ARU tem, mas há instrumentos na lei do país e em parte nos nossos regulamentos, mas e coisas menores, nomeadamente nas taxas de ocupação de espaço público por exemplo, que possibilitam incentivos à reabilitação urbana noutras zonas. Do nosso município ou de qualquer outro município. E, portanto, é preciso é conhecer e lutar por isso. É evidente que vocês acham que o Governo atual e o anterior estão interessados em descontos fiscais? Nada. Quanto mais vier melhor para nós! E, portanto, explicar aos cidadãos que há esses apoios e como se usam, nada. Quem é que explica no país? Nós Câmaras. Nós onde o nosso poder tenhamos obviamente importância. Diria o Jorge, está muito bem, mas porque não o município todo numa ARU?

Obviamente que a natureza formal e de acesso a fundos comunitários e sabemos que aqui os fundos comunitários têm um peso muito determinante no que respeita ao investimento público, no privado tem por causa de utilização do IFRRU. Não era possível nós termos agora o município que é grande que fosse todo ele uma ARU. Os próprios fundos comunitários apontam para uma certa tipologia onde se pode fazer. Tem de ser sedes de concelho. Tivemos municípios que reclamaram muito porque entendem que não têm investimento para fazer na cidade e tem nas freguesias e foi-lhe chumbado essa possibilidade. Eu ajudei dois que são da nossa comunidade intermunicipal que são Ílhavo e Ovar que propuseram isso, mas as regras são assim. Para jogar o jogo, temos que jogar assim.

No futuro esta nossa estratégia que é importante vamos ter política de reabilitação urbana no próximo quadro de fundos comunitários? É altamente provável que sim. Vai haver mais financiamento desta diferente condição para o investimento público, para o investimento privado nesta tipologia? Altamente provável, sim. Nós como é que vamos jogar o jogo, já o estamos a preparar no quadro do PDM, com a tal condição de cidade maior porque a política europeia é já hoje e vai continuar a ser, uma política de aposta nas cidades.

Aliás, temos aquele problema, nós portugueses, porque na Europa não se usa a palavra município, é cidades e regiões.

Mas as cidades na terminologia europeia, nós quando trazidas para a nossa linguagem, temos que adequar para municípios. Mas as políticas de cidade aplicada aos municípios não querem dizer aplicada a todo o território. Há questões de urbanidade que depois se misturam com questões patrimoniais, etc, que tem aqui um peso particularmente forte.

Portanto esta ORU está absolutamente coerente em relação à nossa ARU. Não podia ser nesta fase de outra maneira.

É minha profunda convicção que no próximo quadro haverá políticas nesta área que manterão o nível de prioridade alto e fará todo o sentido nós no quadro da nova cidade que já estamos a pôr no instrumento local legal que é o PDM, a abordagem ser diversa. Não esquecendo que esta ORU obviamente está condicionada a isso. Há uma tipificação de áreas, nomeadamente zonas ribeirinhas, zonas industriais abandonadas ou degradadas e os chamados bairros sociais. Portanto, estas características são características fundamentais para o desenho das ARUs e depois do quadro de projetos que integram os PEDUCA.

Esta é a filosofia que temos e, por isso, esta nossa proposta está absolutamente coerente com este quadro.

É bom que tenhamos consciência que 2020 é o último ano formal de discussão do actual quadro. Portanto vamos começar, já estamos a começar, a ter a pressão da não execução e da libertação de verbas overbooking o tal prolongamento da execução do quadro ir a 2022. Mas levaríamos aqui um grande chumbo do IHRU se nós agora tivéssemos a alterar isto. Mas estamos já a fazer trabalho de cuidar desse novo sentido da cidade maior, para que estes incentivos adicionais que ARU nos permite possam estar disponíveis noutras áreas da nossa cidade alargada.

Não em todo o município. Aí temos que ter outras dinâmicas, eventualmente também na legislação nacional, somada à regulamentação municipal, instrumentos complementares para enfim darmos a estas zonas, aquilo que por a outra via as ARUs não têm acesso.

Manuel Prior a reabilitação de usos múltiplos é uma preocupação importante que este plano tem. Mas de usos múltiplos. Sabendo que o nosso plano não é determinista. Ao ponto de dizer no bairro A é só para residentes, no bairro B é proibido alojamento local, no bairro C é só para alojamento de estudantes. Isto é por uma questão de ideologia.

Nem vemos em termos legais como é que o fariamos. Não há enquadramento legal na legislação portuguesa e na legislação municipal que agora pudéssemos ser dirigistas a este nível.

O que referenciou é um programa do governo que procura suscitar a entidades que têm património dentro do conceito de reabilitação que possa ser disponibilizado para esse efeito. E a nossa Universidade disponibilizou e uma outra entidade do Estado disponibilizou um outro para poder integrar o programa e estão dentro do programa.

É minha convicção que o programa não vai dar em nada. Nem em Aveiro nem em lado nenhum, com a excepção provável de Lisboa.

Agora como ideia é interessante, mas como instrumento de reabilitação urbana até hoje é um acto nulo. Mesmo que não seja um acto que não seja nulo no nosso caso estamos a falar de 2 edifícios, ok. É evidente que depois é preciso arranjar dinheiro. Porque o programa é à socialista. Tem uma grande ideia mas não tem dinheiro. Como é que a nossa Universidade se for ela a titular poderá financiar uma operação desta natureza? Indo ao IFRRU. Porque os edifícios estão dentro da nossa área da ARU e portanto podem ser financiáveis pelo IFRRU. Também podem ir à banca, claro. Ou pode usar as suas reservas financeiras se as tiver e se as quiser usar para este fim.

Esta operação cai aqui bem, mas tem este enquadramento. Eu gostava muito que ela tivesse sucesso, mas não lhe auguro sucesso. Mas neste caso a nossa ARU e a nossa ORU que hoje aqui trazemos para aprovação é compatível com o programa. Perfeitamente compatível e dá-lhe a possibilidade de ir ao IFRRU. Porque se nós não tivéssemos a ARU e a ORU o município não era elegível ao IFRRU. Obviamente que fica ao Governo, neste caso à nossa Universidade que é a titular desses imóveis, a possibilidade de desenvolverem o problema na concretização física. Da nossa parte, os instrumentos de base estão criados e absolutamente compatibilizados. Muito obrigado Senhor Presidente."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁰

"Senhor Presidente, clarificando. O Bloco de Esquerda acompanha o diagnóstico que é feito neste Plano. Não acompanha o propósito deste Plano.

Assim como não é verdade que não haja referências ao concelho de Aveiro, como bem sabe. Se quiser dou-lhe dois ou três exemplos. Se ler com atenção o documento que nos apresenta sabe que o mesmo tem referências ao concelho de Aveiro. Como há referências do próprio propósito do Plano para a cidade alargada. E portanto vir aqui dizer que isto se resume a vir aqui dizer que isto se resume a discutir uma zona central da ARU omite partes do que aqui está explanado neste Plano e que só nas matérias que nós discutimos aqui hoje, podemos encontrar referências a transportes públicos, podemos encontrar referências ao problema de falta de habitação em Aveiro, podemos encontrar referências aos atropelos que se fazem aquando da construção de edifícios que saiem das volumetrias, que não acompanham as cêrceas dominantes, e do que isso representa depois ao longo dos tempos. Ou por exemplo o que implica a não aposta num parque arvore-o robusto e andar a substituí-lo de tempos em tempos.

Agora o que nós não podemos acompanhar de todo é a utilização de dinheiros públicos, que é o que está aqui em questão, para beneficiar um espaço que a seguir vai ser utilizado para um interesse privado. E isso claramente nós somos contra. Já o dissemos aqui várias vezes e portanto não podemos acompanhar. Os dinheiros públicos não servem para benefícios de negócios privados."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵¹

"Bom, essa patologia ideológica essa eu vou deixar de lado. Se no município de Aveiro ou em qualquer outro município, fizermos investimento e reabilitação urbana em espaço público e não existir reabilitação em espaço privado, todo o dinheiro que recebemos a fundo perdido de financiamento comunitário tem que ser devolvido.

A sua frase é um absurdo total. Só da tal publicolândia que não existe em lado nenhum, já nem na Albânia, é absolutamente obrigatório na regras de financiamento da reabilitação urbana, que haja reabilitação urbana privada. São asa regras. Eu sei que pelo Bloco de Esquerda saímos da União Europeia e não havia fundos comunitários, é a vossa filosofia. Mas as regras da União Europeia onde estamos e que nos financiam são estas. O tempo em que a reabilitação urbana em espaços públicos se fazia sem querer saber do que acontecia no espaço privado acabou no atual quadro. Até ao atual quadro era assim, no atual quadro do Portugal 20 20 já não é assim. Tem que haver obrigatoriamente uma relação de investimento público e do investimento privado em reabilitação.

E isto nós achamos que faz todo o sentido, faz todo o sentido. E como para a União Europeia onde vivemos o motor das sociedades são as empresas privadas, são elas que são o motor, que criam emprego, riqueza, etc, e nós entidades públicas somos apenas o motor auxiliar, é assim e cada vez vai ser mais assim. Para haver IFRRU, para as entidades privadas poderem ir a IFRRU, que basicamente é praticamente para elas embora as entidades públicas também lá podem ir, nós tivemos que pôr lá um pouco do nosso fundo comunitário que nos coube na nossa fatia do PEDUCA dos 11 milhões de euros, sabendo que é por ali que se dá um outro incentivo para que os privados façam a sua parte da reabilitação urbana. E isto é fácil de perceber, não faria qualquer sentido nós termos uma cidade, a nossa ou qualquer uma, com um espaço público impecável e o espaço privado em ruína, sem renovação, sem trabalho de investimento de reabilitação.

Portanto esta é a lógica que nós temos. Sabendo que obviamente as áreas de reabilitação urbana, a ORU não é um ato isolado, obviamente que há território à volta e há

referenciações no texto, as que me ia ler com certeza. Temos até alguns dados estatísticos em que temos que usar os da escala municipal, alguns deles da NUT III, porque não há muitos dados estatísticos à escala da ARU. Portanto é esta a leitura do trabalho que está aqui, dentro das regras que estamos obrigados a cumprir como é evidente, que são as regras da união europeia a que pertencemos e dos fundos comunitários que queremos usar. Porque nós mesmo estando na união europeia podíamos dizer, olhem nós não queremos dinheiro para nada, nem queremos saber disso para nada. Vivemos sozinhos, tipo Albânia e, pronto. Era uma opção. Nós achamos que seria um disparate e nem vale a pena fazer aqui um exercício lúdico ou recreativo, porque obviamente são oportunidades de apoio ao investimento público, são oportunidades de apoio e de incentivo ao investimento privado, e obviamente é isto que faz cidade.

Numa terra onde, e vamos trazer esses dados aqui, a chegada de população é um dado muito importante a chegada de população ao nosso município nos últimos 2 anos. Um dado muito importante. E que estão a viver em casas. Não estão a viver debaixo da ponte.

As pessoas têm chegado a estão a viver cá. As pessoas que estão a viver cá residindo em termos de morada. E obviamente é essa a atitude que se procura continuar, estruturar, com um instrumento que a lei nos determinou fazer, que é esta ORU/PERU que trazemos à Assembleia para votação. Obrigado Senhor Presidente."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁵² Ponto 3 – Apreciação e votação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU)/Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), sendo o mesmo aprovada por maioria, vinte dois votos a favor (PSD16+CDS6), dez abstenções (PS8+PCP1+PAN1), dois votos contra (BE2).

Seguiu-se a declaração de voto.

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁵³

"Senhor Presidente o Bloco de Esquerda vota contra este Plano porque consideramos que os Fundos Públicos não devem ser usados para proveitos de privados.

Acrescentando que, com esta informação que o Senhor Presidente deu agora, sendo necessário neste Plano a participação de privados, devia estar assegurada uma contrapartida na forma como o suposto parque habitacional requalificado é posto ao serviço do município, fosse como habitação social ou a custos controlados ou arrendamento acessível. Disse."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵⁴ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁵ a segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro, informando que os trabalhos da sessão continuam no dia 22 de Novembro (sexta-feira), nos termos regimentais seguirá convocatória.

Eram 23:45 horas do dia 12 de Novembro de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do

disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)